

## MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL

**SARAH MAGGITI SILVA<sup>1</sup>; PEDRO LUIS MACHADO SANCHES<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas 1 – sarahmaggitti@gmail.com 1*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – pedrolmsanches@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

As representações acerca dos povos indígenas não emergem de forma espontânea, mas resultam de processos históricos moldados por assimetrias de poder. Essas construções simbólicas foram naturalizadas ao longo do tempo, configurando-se como produtos da lógica colonial, que impôs classificações, estigmas e hierarquias. Nesse contexto, os museus assumiram papel central, funcionando como instâncias de legitimação e difusão de discursos que, muitas vezes, consolidaram visões estereotipadas sobre os povos indígenas. Segundo LANDER (2005, p. 13), a construção eurocêntrica “[...] pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal [...]”.

É relevante salientar que as concepções de matriz eurocêntrica não apenas se expandiram, mas também se enraizaram de forma duradoura, sobretudo em contextos sociais e educacionais situados em territórios colonizados. Nessas esferas, tais referenciais culturais e epistemológicos foram assimilados como legítimos, em detrimento da valorização das cosmologias e sistemas de conhecimentos originários. Esse processo, que implicou a marginalização e a deslegitimização dos saberes indígenas, pode ser claramente identificado ao longo da trajetória histórica da colonização brasileira. Vale lembrar que mesmo após a sua independência, a exploração econômica e as relações de poder entre colonizadores e colonizados permaneceram, assumindo a forma daquilo que QUIJANO (2005), cujo conhecimento produzido tem sido influente no campo dos estudos decoloniais, denominou de colonialidade do poder.

Nesse sentido, o trabalho em questão propõe investigar as representações dos povos originários, feitas a partir dos processos de Musealização da Arqueologia, no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL). O presente trabalho objetiva investigar se essas representações se dão sob a tutela colonialista ou em processos de descolonização e em que medida essas instituições estão incorporando, ou não, as demandas dos povos indígenas quanto à sua autonomia e soberania para a construção de suas histórias, memórias e relações sociais. Sendo assim, a abordagem pretendida do tema e a ênfase em sua relevância social, indicam a viabilidade do trabalho investigativo.

### 2. METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolver-se-á por meio da abordagem qualitativa, com enfoque no estudo de caso acerca das representações indígenas, feitas a partir da Musealização da Arqueologia, no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul. No que se refere à obtenção dos dados deste trabalho, serão empregados

determinados procedimentos, a saber: Realização de pesquisa-ação envolvendo grupos indígenas em uma relação colaborativa, em um primeiro momento, no contexto do Museu investigado, e, em um segundo momento, nas próprias aldeias. O objetivo é que os próprios indígenas se posicionem quanto ao referido Museu ser espaço de descolonização, ou não; análise de Regimentos Internos, Projetos Expositivos e Educativos desenvolvidos pelo Museu e demais documentos; avaliação das exposições e construções narrativas do Museu investigado; elaboração de roteiros de entrevistas semiestruturadas a serem realizadas com os dirigentes e equipe técnica que atuam no Museu; preparo de roteiros de entrevistas semiestruturadas a serem realizadas junto às lideranças e mesmo às pessoas indígenas pertencentes às etnias representadas pelo referido Museu; realização de questionários a serem aplicados junto aos públicos visitantes do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho encontra-se em fase embrionária. No tocante ao Museu a ser investigado, cumpre destacar que possui importantes coleções que se encontram no cerne do interesse desta pesquisa. O Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, localizado em Taquara, foi criado pelo Decreto Estadual nº 18.009/66, de 12 de agosto de 1966. Seu idealizador e fundador, professor Eurico Theófilo Miller, foi responsável por realizar pesquisas arqueológicas na Região Nordeste do Estado, desde a década de 1950. Seu acervo é composto por coleções oriundas de pesquisas em sítios pré-coloniais, com datações de até 12 mil anos atrás. São artefatos de grupos caçadores-coletores, ancestrais dos Minuanos e Charruas; de pescadores-coletores do litoral, construtores dos sambaquis; de horticultores do planalto, ancestrais dos Kaingang; de grupos agricultores das planícies, ancestrais dos atuais Guarani, dentre outros vestígios arqueológicos de grupos pré-coloniais da América do Sul. O Museu também possui em seu acervo vestígios materiais das ocupações do período colonial.

A Musealização está intimamente ligada a um conjunto de procedimentos museológicos de cunho infocomunicacional, apoiados na agregação de valores a objetos de diferentes naturezas. A estes artefatos é atribuída a função de documento e incidem procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural). Segundo Maria Cristina Oliveira Bruno (2014, p. 7), “[...] pode-se inferir que os processos de musealização estão vinculados à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica [...]”.

A Musealização da Arqueologia, de acordo com Camila Azevedo Moraes-Wichers (2020, p. 207), “[...] enquanto campo de estudo, foi iniciada no Brasil a partir da década de 1980, tendo nos trabalhos de Bruno um referencial essencial, se expandindo vigorosamente na última década por meio de novas gerações [...]. No que lhe concerne, está empenhada em criar conexões entre os vestígios arqueológicos e as sociedades contemporâneas. Ainda segundo Moraes-Wichers (2020, p. 211), “[...] a configuração dos museus e da Arqueologia esteve imbricada com os colonialismos e imperialismos [...]”. Não obstante, complementa a autora, os desenvolvimentos dos processos de Musealização da Arqueologia, “[...] também abrem fissuras nos enredos da colonialidade, assim como constroem contranarrativas, buscando superar os apagamentos, raptos e diluição das

experiências de diferentes coletivos imbricados com as narrativas arqueológicas [...]” (MORAES-WICHERS, 2020, p. 225).

Importantes instituições brasileiras como o Museu Nacional (1818), o Museu Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1890), reproduziram o padrão europeu de conhecimento. De acordo com Lilia Schwarcz (1993), nessas instituições, as classificações de objetos de diferentes nações indígenas eram realizadas a partir de estudos teóricos evolucionistas e raciais da Europa. Objetivava-se, assim, explicar a sociedade brasileira, o que converteu-se nas representações dualistas, a exemplo de “primitivo/moderno” e “selvagem/civilizado”. Nessa construção, os povos originários eram os representantes do “primitivo” e “selvagem”, contrastando com os europeus e seus descendentes, que representavam o “moderno” e “civilizado”.

É necessária a construção de representações a partir dos protagonismos e olhares dos próprios indígenas, tendo a presença desses povos na construção das exposições, de suas narrativas, desde as escolhas dos objetos, até como estes serão expostos. Desta forma, trabalhando-se, nos museus, não mais apenas sobre eles, mas por eles mesmos. Exemplo disto é o que aponta Fabíola Andréa Silva (2012. p. 26), ao discorrer sobre as “arqueologias indígenas” e as novas formas de se fazer Arqueologia, a saber:

As “arqueologias indígenas”, nas suas mais variadas expressões, integram estas novas formas de se fazer arqueologia e são preconizadas como abordagens críticas e alternativas à tradição arraigada das práticas arqueológicas colonialistas “corriqueiramente” conduzidas junto às populações consideradas como “nativas” ou “tradicionais”. Para encetar uma definição, estas arqueologias foram entendidas como práticas arqueológicas onde o objetivo da pesquisa está direcionado para a produção de conhecimento com, para e pelos indígenas e não apenas sobre eles [...].

Imprescindível destacar, nessa conjuntura de mudanças sociais, a importância histórica dos movimentos sociopolíticos protagonizados pelos povos indígenas, no Brasil, pela luta por valorização de suas culturas, pelo reconhecimento e pelos direitos historicamente espoliados e negados pelo Estado. Desta forma, cumpre destacar o envolvimento de diferentes povos originários em processos museais, desde a concepção e implementação de exposições, até a fundação de museus indígenas – o primeiro deles, o Museu Magüta, tendo sido criado no ano de 1991, no Amazonas, notabiliza-se como espaço de resistência, de valorização e de difusão do patrimônio cultural Tikuna. Ressalta-se que a fundação de museus indígenas, no Brasil, cresceu notadamente a partir dos anos 2000, sendo que as Regiões Norte e Nordeste são as que concentram o maior número dessas instituições.

Sendo assim, a abordagem pretendida do tema e a ênfase em sua relevância social indicam a viabilidade do trabalho investigativo, a busca por respostas aos questionamentos apresentados mostra-se exequível. Os dados compilados fundamentarão as reflexões a respeito das representações dos povos originários no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul.

#### **4. CONCLUSÕES**

As transformações sociais são inúmeras, constantes e contribuem para despertar, na sociedade, para a necessidade de revisão de seus valores e

conceitos. Frente ao contexto multicultural contemporâneo e aos desafios de um mundo em acelerada mudança, se faz necessário compreender o papel dos museus, especialmente no que diz respeito às representações dos indígenas. Ao preservar as memórias dos povos originários, é preciso observar suas particularidades, seu contexto, em um exercício de preocupação, primeiramente, com os indígenas, em melhor representá-los, considerando os processos de descolonização.

Ao trabalhar com as memórias e culturas dos povos originários, os museus precisam considerar o pluralismo que tão bem caracteriza a contemporaneidade. A sociedade brasileira é marcadamente diversa, existe uma multiplicidade de visões, de crenças, de valores, que deve ser considerada nas narrativas construídas nos museus. Dessa forma, é preciso romper com o discurso de autoridade, com o processo de comunicação museológica em que prevalece uma única versão, a verdade daqueles que controlam o poder, a história escrita pelos vencedores. Ressalta-se que os museus que visam trabalhar com culturas indígenas devem estar atentos à produção de conhecimentos por meio de experiências de aprendizagem com o outro, construindo suas ações junto com as comunidades e não para as comunidades.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 04–15, 2014. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/379>. Acesso em: 10 jun. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, p. 107-130, 2005.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, p. 8-23, 2005.

MORAES-WICHERS, Camila Azevedo. Arqueologia, processos de musealização e representação no Brasil: enredos da colonialidade, fissuras e contranarrativas. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 9, n. 2, p. 206–232, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25160/bjbs.v9i2.122231>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Fabíola Andréa. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, [S. I.], v. 25, n. 2, p. 24–42, 2012. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/353>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil –1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.